

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELA PREFEITURA DO RIO GRANDE/RS PARA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A COVID-19

GABRIELA TOMBINI PONZI¹; LISMARA CARVALHO MARQUES², DIULIANA
LEANDRO³

¹ Universidade Federal de Pelotas – gtombini.ponzi@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – lismaracmarques@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – diuliana.leandro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A COVID-19, disseminada pelo SARS-CoV-2, foi decretada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020. Os primeiros registros da doença aconteceram em Wuhan (China) ainda em 2019. As consequências atreladas à pandemia não afetam de forma homogênea a população, explicitando situações enfrentadas por uma parcela da população: desigualdade social e condições materiais para realizar o isolamento social, teletrabalho, medidas de prevenção e higiene e acesso à informação sobre a pandemia. (MUNIZ, LEUGI, *et al.*, 2021) (TRENCHER & KARVONEN, 2019).

No último ano muito se falou sobre a capacidade dos municípios, estados e governo federal de lidar de forma efetiva ou não com a pandemia, englobando serviços como saúde, educação, serviço público etc. (WERNECK e CARVALHO, 2020) (SILVA, SARAIVA, *et al.*, 2020). Em face às adversidades, as cidades devem ser pensadas, construídas e governadas para serem capazes de responder ao surto de COVID-19 e eventuais novas pandemias. Um caminho seria a criação de sistemas para combate à emergência a partir de detecção, alerta e mitigação (COSTA e PEIXOTO, 2020).

A implementação desses sistemas se daria a partir da consolidação das cidades inteligentes, que, de acordo com a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (2020), devem ser “[...] comprometidas com o desenvolvimento urbano, transformação digital [...], devem atuar de forma planejada, inovadora e inclusiva [...] reduzir as desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de toda a população [...]” (p. 15)

Cabe ao poder público o desafio de estabelecer comunicação entre governo e população para que as pessoas tomem decisões informadas e para que haja o bom funcionamento da sociedade (MANJATE, 2021). A comunicação é intrínseca às cidades inteligentes e deve ser capaz de engajar diferentes atores para transformar a população em agentes da transformação, respeitando as realidades nacionais (BRASIL, 2020).

No contexto da pandemia, a comunicação entre poder público e sociedade civil se estabeleceu, principalmente, por meio digital (portais próprios da COVID-19, aplicativos e notícias pelos veículos de comunicação) (LETOUZE, JÚNIOR, EVERTON, & BARBOSA, 2020; NETO, *et al.*, 2020). A disseminação de informações pelo meio virtual visa garantir o acesso à informação de forma segura, importante mecanismo de busca e obtenção de informação, educação e proteção à população (OLIVEIRA & ALENCAR, 2017; LETOUZE, JÚNIOR, EVERTON, & BARBOSA, 2020).

A internet é uma ferramenta importante para o acesso à informação, entretanto não está acessível para a totalidade da população brasileira. A pandemia não foi a geradora da exclusão digital, mas atingiu mais durante a parcela da população já privada ao acesso a infraestrutura urbana e direitos garantidos na constituição: no Brasil, 23% da população não possui acesso à internet e entre as

clases C e D o número de domicílios sem acesso chega a 50% (MUNIZ, LEUGI, *et al.*, 2021; TIC Domicílios, 2019)

O objetivo do trabalho é analisar o tipo de informação disseminada a partir do boletim epidemiológico semanal da semana epidemiológica nº 30 do município de Rio Grande e do Site da Prefeitura à população para entendimento de estratégias utilizadas.

2. METODOLOGIA

O município de Rio Grande está localizado na região sul do Rio Grande do Sul. O município ocupa uma área igual a 2.817,48 km² e possui população estimada de 211.965 habitantes para o ano de 2020 (IBGE, 2021)

Foi feita análise das estratégias utilizadas pela prefeitura para manter a população informada no município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, a partir do boletim epidemiológico semanal da COVID-19 para a semana epidemiológica 30 (entre os dias 25 e 31 de julho de 2021). As informações contidas no boletim foram enumeradas e descritas. O Plano de Contingência e Ação do Município do Rio Grande frente à pandemia também foi analisado buscando determinar as ações para combate à pandemia no município.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do boletim epidemiológico para a semana epidemiológica 30 de 2021 foram definidas as seguintes categorias (tabela 1): COVID-19 no município, monitoramento de irregularidades, vacinação e atendimento à população.

Tabela 1

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO SEMANAL E PLANO DE CONTINGÊNCIA	
CATEGORIA	DESCRIÇÃO
COVID-19 NO MUNICÍPIO	Nº de casos e de óbitos, informações adicionais (gênero, raça, faixa etária, comorbidades, atividade econômica) /espacialização dos casos e óbitos.
MONITORAMENTO DE IRREGULARIDADES	Fiscalização realizada por meio de denúncias e vigilância sanitária e/ou barreiras educativas para descumprimentos do decreto municipal
VACINAÇÃO	População vacinada (1ª dose ou dose única / 2ª dose) /faixa etária/ ocupação
ATENDIMENTOS	Atendimentos realizados por teleconsulta/testagem/informações para contato
TREINAMENTO E EDUCAÇÃO SAÚDE	Profissionais da saúde / treinamento para atendimento dos pacientes suspeitos e/ou confirmados para COVID-19/ Uso de EPIS Contratação emergencial de profissionais para área da saúde / expansão de área atendida pela saúde da família / criação de centros de triagem

O município buscou alternativas à comunicação durante a pandemia e recorreu a criação de uma área específica no site da prefeitura para disponibilizar informações referentes à COVID-19. A utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação por cidades inteligentes tem como objetivo aumentar a eficiência das ações desenvolvidas no município e não apenas a transposição dos serviços presenciais para o meio digital (BRASIL, 2020; FARIUK, 2020).

A informação disponibilizada no boletim epidemiológico é meramente ilustrativa da situação da pandemia no município, enquanto as informações contidas no Plano de Contingência e Ação apresentam uma postura de prevenção (aumento da área de cobertura pela saúde da família e ensino de confecção de máscaras) e remediação (contratação de profissionais da saúde, compra de cestas básicas e de insumos da área da saúde).

As ferramentas de atendimento à população permitem o acompanhamento e a triagem de pacientes por meio virtual evitam aglomerações nas unidades de saúde, minimizam dos riscos atrelados à COVID-19 e podem prover o suporte necessário ao paciente (MÉLO, et al., 2021; CAETANO, et al., 2020).

As informações referentes ao número de casos, óbitos ajudam a entender como a pandemia se comporta no município. Essas informações podem elucidar como o vírus se dissemina pelo município condicionado às interações espaciais, revelam desigualdades socioespaciais e permitindo a identificação e priorização à assistência de determinados grupos (MOTA e CALIXTO, 2020).

De acordo com dados da Agência Reguladora Do Setor Brasileiro De Telecomunicações (2021) o número de contratos para cada 100 domicílios é de 85,17 para o município. O número de contratos é para serviços de banda larga nos municípios e não foram considerados a internet por telefonia móvel. Não são todos os domicílios que possuem acesso à internet banda larga, o que pode ser um indicativo da seletividade das ações difundidas por parte do poder público para a minimização da propagação da COVID-19 (SOUZA e GUIMARÃES, 2020).

A utilização de ferramentas digitais deve vir acompanhada do acesso democrático, garantindo, não apenas a inclusão da população, mas também o letramento quanto ao seu uso. As cidades inteligentes podem trazer impactos positivos para a população como um todo e não apenas beneficiando a mesma parcela da população (MUNIZ, LEUGI, et al., 2021). A implementação das cidades inteligentes deve gerar inclusão digital e inovação social por processos de governança transparentes e colaborativo (BRASIL, 2020).

Isso ocorre, pois, a análise sugere a possibilidade de antecipação às demandas, por parte dos municípios que já tenham experiências de sucesso com a adoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e que validaram seus métodos de forma a adquirir confiança para novos processos; ao mesmo tempo também possibilita que as iniciativas aqui levantadas correspondam apenas a respostas emergenciais às demandas, uma vez que a infraestrutura já está consolidada.

4. CONCLUSÕES

O município de Rio Grande buscou estabelecer uma comunicação com a população transparente e, em determinados aspectos, uma postura preventiva e não apenas reativa em relação à pandemia. As informações disponibilizadas pelo município foram se tornando mais detalhadas com o avanço da pandemia. Esse detalhamento da informação pode demonstrar uma maior preocupação em determinar os grupos e as regiões de risco no município e de entender como a pandemia se comporta no município.

O uso de TICs não se limita às cidades consideradas inteligentes. Rio Grande não consta na lista das 100 cidades inteligentes brasileiras do ranking da *Urban Cities*. As TICs, quando bem utilizadas, são uma importante ferramenta para manter a população informada.

Porém, ainda há a necessidade da democratização do acesso às tecnologias, pois uma parcela da população de Rio Grande não possui acesso às informações disponibilizadas nos canais oficiais eletrônicos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Brasília, p. 180. 2019.

- BRASIL. Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. **Ministro do Desenvolvimento Regional**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/Conta_Bras_Cidades_Inteligentes_Final.pdf>.
- COSTA, D. G.; PEIXOTO, J. P. J. COVID-19 pandemic: a review of smart cities initiatives to face new outbreaks. **IET Journals**, v. 2, n. 2, p. 64-73, 2020. Acesso em: 5 Agosto 2021.
- FARINIUK, T. M. D. Smart cities e pandemia: tecnologias digitais na gestão pública de cidades brasileiras. **Revista de Administração Pública**, 54, n. 4, Julho-Agosto 2020. 860-873.
- MANJATE, T. DA COMUNICAÇÃO E O SEU IMPACTO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID 19, EM MOÇAMBIQUE. **Revista Científica Da UEM: Série Ciências Biomédicas E Saúde Pública**, Maio 2021. ISSN 2307-3896.
- MOTA, A. A. D.; CALIXTO, M. J. M. S. ESPACIALIZAÇÃO DOS CASOS DESARS-COV-2 NA REDE URBANA DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DA 11ª À 18ª SEMANA EPIDEMIOLÓGICA DE 2020. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, n. Edição Especial: COVID-19, p. 380-390, Junho 2020. ISSN 1980-1726. Acesso em: 5 Agosto 2021.
- MUNIZ, C. R. et al. UMA ANÁLISE SOBRE EXCLUSÃO DIGITAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: QUEM TEM DIREITO ÀS CIDADES INTELIGENTES, 13, n. 2, 2021. 700-728. Acesso em: 25 Julho 2021.
- MUNIZ, C. R. et al. UMA ANÁLISE SOBRE EXCLUSÃO DIGITAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: QUEM TEM DIREITO ÀS CIDADES INTELIGENTES? **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 2, p. 700-728, 2021. Acesso em: 27 Julho 2021.
- PAIVA, R.; CASTRO, G. G. D. S.; OLIVEIRA, A. L. D. Cidades na pandemia – São Paulo e Rio de Janeiro: comunicação, sociabilidade, vigilância e cidadania. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 14, n. 4, outubro 2020. 832-842. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2139>>. Acesso em: 20 Julho 2021.
- PREFEITURA DE RIO GRANDE. Plano de Contingência do Rio Grande. Disponível em: https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/wp-content/uploads/2020/04/PlanoA%C3%A7%C3%A3o_apresenta%C3%A7%C3%A3o-4.pdf
- SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico Semanal COVID-19. Semana Epidemiológica 30 (25/07-31/07/2021). Rio Grande. Disponível em: https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/wp-content/uploads/2021/08/SEMANA30_BOLETIM-EPIDEMIOLOGICO.pdf
- SILVA, G. A. B. E. et al. Capacidade do sistema de saúde nos municípios do Rio de Janeiro: infraestrutura para enfrentar a COVID-19. **Rev. Adm. Pública**, v. 54, n. 4, Jul-Agos 2020. Acesso em: 3 Agosto 2021.
- SOUZA, M. N. D.; GUIMARÃES, L. M. D. S. VULNERABILIDADE SOCIAL E EXCLUSÃO DIGITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE ACESSO À INTERNET NA PERIFERIA DE CURITIBA. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, 6, n. 2, 2020. 284-302. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51097/35775>>. Acesso em: 21 Julho 2021.
- WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 5. 8 Maio 2020.